vinetur

Setor vitivinícola italiano pede suspensão de novas autorizações de plantação de vinha em 2027

O pedido ao MASAF reflete a crescente preocupação com o excesso de oferta e prevê possíveis exceções para jovens viticultores e zonas de proteção da paisagem

quarta-feira, 25 de novembro de 2026



O setor vitivinícola italiano está a ponderar uma suspensão, por um ano, das novas autorizações de plantação de vinha em 2027, enquanto produtores e responsáveis respondem a um mercado com dificuldades em absorver a oferta existente.

A Confagricoltura Belluno, delegação local da associação agrícola italiana Confagricoltura, afirmou a 25 de novembro que a proposta foi discutida numa reunião do setor vitivinícola convocada pelo Ministério da Agricultura de Itália a 13 de novembro. Segundo a associação, o setor pediu ao Ministério da Agricultura, da Soberania Alimentar e das Florestas, conhecido como MASAF, que suspendesse a emissão de novas autorizações de plantação de vinha durante 2027.

A proposta ainda não é uma medida do Governo e não foi adotada qualquer regra vinculativa. A Confagricoltura Belluno afirmou que o MASAF recebeu o pedido, mas que consultará as regiões italianas antes de tomar uma decisão, uma vez que as condições variam bastante entre as zonas vitivinícolas do país.

O pedido centra-se no sistema utilizado por Itália para regular a expansão das vinhas. As novas plantações são controladas através de autorizações, um instrumento de gestão da capacidade produtiva do setor vitivinícola. A associação do setor não divulgou quantos hectares poderiam ser afetados nem em que medida se poderia evitar o aumento da produção caso a suspensão fosse aprovada.

A principal justificação para a pausa proposta é a fraca capacidade de absorção do mercado. A Confagricoltura Belluno afirmou que há atualmente mais vinho nas adegas do que o mercado consegue absorver, levando alguns segmentos da cadeia de abastecimento a procurar um travão temporário à produção futura, em vez de uma expansão contínua. A associação apresentou a medida como uma tentativa de conter o aumento da oferta num momento em que os stocks já estão a acumular-se.

As possíveis exceções ainda estão a ser discutidas. Segundo a Confagricoltura Belluno, poderão incluir zonas onde a produção de vinho é limitada, mas as vinhas desempenham um papel importante na proteção da paisagem e na manutenção dos terrenos rurais. Entre outras possíveis isenções referidas pela associação estão as explorações geridas por jovens produtores e as empresas que vendem toda a sua produção e não acumulam stocks por vender. A associação afirmou que estes casos

teriam de ser avaliados individualmente.

A questão surgiu durante uma reunião mais abrangente sobre políticas no MASAF, que abordou vários temas com impacto no setor vitivinícola. A Confagricoltura Belluno afirmou que o ministério também apresentou um plano para um rótulo coletivo nacional destinado ao vinho italiano produzido de forma sustentável. O rótulo proposto seria voluntário e poderia figurar nas garrafas ao lado dos rótulos das empresas e de outras certificações de sustentabilidade já utilizadas pelos produtores, incluindo Equalitas e VIVA.

Segundo a associação, o rótulo de sustentabilidade assentaria num processo nacional de certificação iniciado em 2022. A Confagricoltura Belluno afirmou que a reação do setor a essa ideia foi, em geral, favorável, mas que os produtores também pediram campanhas nacionais de promoção para que os consumidores possam reconhecer e compreender o rótulo.

A reunião de 13 de novembro também abordou a transição do atual ciclo da política agrícola da União Europeia, que decorre de 2023 a 2027, para o ciclo seguinte, com início em 2028. A Confagricoltura Belluno afirmou que as regras para o período posterior a 2027 continuam em discussão a nível europeu e dependem do orçamento da UE, pelo que o quadro final ainda não está definido.

Ainda assim, a associação afirmou que os viticultores receberam garantias de que os programas de apoio deverão prosseguir em 2027 ao abrigo de regras transitórias em análise. Esses programas deverão incluir candidaturas para a reestruturação de vinhas, investimentos em adegas e promoção de vinhos, sem interrupção entre períodos de programação. A Confagricoltura Belluno acrescentou que os requisitos de participação e as regras de reporte poderão mudar consoante o momento em que uma empresa assume compromissos, mas afirmou que o ministério indicou que será assegurada a continuidade dos apoios ao setor vitivinícola.

O papel do MASAF será agora determinante para saber se a suspensão proposta das novas plantações avançará. O ministério é responsável pela política agrícola nacional, mas a consulta regional deverá ser importante, uma vez que o setor vitivinícola italiano apresenta grandes diferenças geográficas, de modelos de produção e de

posicionamento no mercado. As zonas com uma procura mais forte ou estruturas de produção diferentes poderão encarar uma suspensão geral de forma distinta das regiões onde as pressões decorrentes do excesso de oferta são mais evidentes.

A proposta também tem limites claros para quem tentar avaliar o seu provável impacto. A comunicação do setor não apresentou uma estimativa da área de vinha que deixaria de ser plantada, da redução esperada dos volumes de vinho no futuro ou uma comparação com anteriores rondas de autorizações. Assim, caso seja aprovada, a medida ainda não pode ser quantificada em termos de contenção da produção ou de variação da oferta face ao ano anterior.

O que fica claro na declaração de 25 de novembro é que a discussão reflete a preocupação, no seio da cadeia vitivinícola italiana, em equilibrar a capacidade de produção com a procura. Em vez de anunciar uma proibição em vigor, a associação do setor descreveu um pedido em análise, ainda dependente da avaliação do Governo e das opiniões das autoridades regionais. Até o MASAF concluir esse processo, a proposta continuará a ser uma recomendação do setor, e não uma regra vinculativa.